



Setor de Licitações

Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
n° 90083/2025

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ, conforme especificações técnicas mínimas constantes do Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.586.077,20 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil setenta e sete reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/10/2025 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
12. DOS RECURSOS.....	20
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

Processo Administrativo nº.2202/2025

UASG: 985821

Torna-se público que a *SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*, por meio do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 - Sala 101, Centro, Cantagalo - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos nº 3.982/2023 e Decreto n.º 4.131/2024, Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será realizada através do sítio Portal de Compras do Governo Federal na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e terá início às 9 horas, no horário oficial de Brasília/DF, em 07/10/2025.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ, conforme especificações técnicas mínimas constantes do Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será processada em apenas um item, conforme tabela abaixo.

1.3. Especificação do produto/quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lousa digital interativa móvel de 75", com suporte móvel e acessórios obrigatórios, incluindo entrega, instalação, configuração inicial, garantia mínima de 36 meses e suporte técnico.	Unidade	70	36.943,96	2.586.077,20

1.4. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições dos serviços contidas no Anexo I do Termo de Referência para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A licitação é de Ampla Concorrência.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

3.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.23 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100 (cem) reais.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), , serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado, no prazo de 01 (um) dia, para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto
- 8.14. Ainda na fase de julgamento, a empresa provisoriamente declarada vencedora será convocada, pelo Pregoeiro, a apresentar as funcionalidades do produto para a Comissão de Avaliação, como condição de habilitação que resultará no aceite do modelo e condições técnicas apresentadas, homologando o produto ofertado por definitivo para futura assinatura contratual.
- 8.15. A Prova de conceito será realizada conforme estabelecido no Termo de Referência no Item 5.8 e seus subitens.
- 8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

9.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.7 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.1.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

9.1.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.13 Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.14 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.1.17.1. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

9.1.17.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação;

9.1.18 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

9.1.19 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.1.20 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.1.21 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.1.22 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.1.23 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.1.24 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.25 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.7.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email licitacao@cantagalo.rj.gov.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

- 15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 15.11.1.1. Apêndice A do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 15.11.1.2. Anexo I TR – Especificações Técnicas;
 - 15.11.1.3. Anexo II TR – Parecer Pedagógico;
 - 15.11.1.4. Anexo III TR – Levantamento de Informações da Rede Municipal de Ensino;
 - 15.11.1.5. Anexo IV TR – Critério de Julgamento da Prova de Demonstração;
 - 15.11.1.6. Anexo V TR – Ofício Eletrônico do Ministério Público
- 15.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 15.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 15.11.4 Anexo IV – Modelo de proposta;
- 15.11.5 Anexo V – Declaração Conjunta;
- 15.11.6 Anexo VI – Declaração ME – EPP.

Cantagalo-RJ, 10 de setembro de 2025.

Carlos Alexandre Marques da Silva
Matrícula.: 1841-4
Portaria 9.984/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ.

A contratação tem natureza de fornecimento de bens e serviços comuns, uma vez que se trata de equipamentos com especificações técnicas objetivas, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, incluindo ainda a entrega, instalação, configuração inicial e suporte técnico dentro do prazo de garantia.

O contrato será firmado por escopo, mediante adesão à Ata de Registro de Preços, que permitirá o parcelamento das aquisições conforme a necessidade da Administração, observados os quantitativos máximos registrados.

1.1. Tabela Resumo do Objeto

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Máxima	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Lousa digital interativa móvel de 75", com suporte móvel e acessórios obrigatórios, incluindo entrega, instalação, configuração inicial, garantia mínima de 36 meses e suporte técnico.	Unidade	70	36.943,96	2.586.077,20

Valor total estimado da contratação: R\$ 2.586.077,20 (dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setenta e sete reais e vinte centavos).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento, instalação e configuração de **lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas**, com suporte móvel em aço carbono e todos os acessórios necessários para o uso pleno e imediato, destinadas ao atendimento das unidades escolares da rede municipal de ensino de Cantagalo/RJ.

2.1. As especificações técnicas mínimas a serem atendidas são as seguintes:

2.1.1. Funcionalidades e Recursos Pedagógicos

- Permitir **anotações e colaboração simultânea**, com capacidade mínima para 20 toques simultâneos.
- Compatibilidade com sistemas operacionais **Windows e Android**.

- Integração nativa com serviços de armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive, Dropbox e SharePoint).
- Disponibilizar **software de quadro branco e de videoconferência nativos do fabricante**, compatíveis com Google Meet, Skype e outras plataformas, incluindo recursos de gravação de reuniões, compartilhamento de tela e segurança criptografada.
- Possuir recursos de captura de tela ajustável, gravação de áudio e vídeo **sem necessidade de hardware externo**, e compartilhamento em nuvem em tempo real.
- Oferecer funcionalidades avançadas: modo pincel, reconhecimento de escrita e figuras geométricas, importação de arquivos e integração com conteúdos multimídia.
- Suportar transmissão sem fio (casting) para dispositivos iOS, Android, Windows e ChromeOS, com capacidade mínima para 9 usuários simultâneos.
- Contar com **recursos de controle de acesso e bloqueio de portas**, visando maior segurança em ambiente escolar.
- Disponibilizar **película antigerme e sistema de controle de luz azul**, para proteção visual e ergonomia no uso contínuo.

2.1.2. Configurações Físicas Mínimas

- **Tela:** 75" UHD 4K (3840×2160 pixels).
- **Brilho mínimo:** 350 cd/m².
- **Contraste:** 4.000:1.
- **Ângulo de visão:** 178°.
- **Tempo de resposta:** até 6 ms.
- **Vida útil mínima:** 50.000 horas.
- Tecnologia touch capacitiva, com suporte para no mínimo 20 toques simultâneos, vidro temperado de 4 mm de espessura.
- Dois alto-falantes frontais de 15W cada, com microfones integrados.
- Diversas interfaces de conexão: HDMI, USB, DisplayPort, RJ45, entrada e saída de áudio.
- **Sistema operacional integrado Android 11** (ou superior), com RAM mínima de 8 GB e armazenamento interno de 128 GB.
- Compatibilidade com múltiplos idiomas.

2.1.3. Câmera Integrada

- Resolução mínima **Full HD 1080p**.
- Foco automático (autofocus) e correção automática de luz para diferentes ambientes.
- Compatibilidade com principais plataformas de videoconferência.

2.1.4. Suporte Móvel

- Estrutura em **aço carbono 1020** com pintura eletrostática.
- Rodízios com travas para mobilidade e segurança.
- Gaveta para acessórios e régua de alimentação integradas.
- Capacidade de carga mínima de **150 kg**.
- Estabilidade e segurança no deslocamento.

2.1.5. Acessórios Obrigatórios

- Controle remoto.
- Cabos de alimentação, HDMI e USB para toque.
- Duas canetas de toque.
- Guia rápido e manual do usuário em português.

2.1.6. Requisitos de Qualidade, Rendimento, Durabilidade e Segurança

- Garantia mínima de **36 (trinta e seis) meses**, com atendimento técnico presencial em até 5 dias úteis.
- Disponibilização de protocolo online para acompanhamento de chamados.
- Suporte técnico de 8 horas diárias, 5 dias por semana, durante todo o período de garantia.
- Instalação e configuração completas nos locais indicados, com os equipamentos em **pleno funcionamento desde a entrega**.
- Conformidade com as normas de segurança elétrica da ABNT e normas internacionais equivalentes, garantindo o uso seguro em ambiente escolar.
- Recursos de **ergonomia e saúde**: película antigerme, controle de luz azul e regulação de altura do suporte.
- Durabilidade assegurada por vida útil mínima de 50.000 horas da tela e robustez dos materiais utilizados (aço carbono, vidro temperado, etc.).

- Compatibilidade com softwares educacionais já utilizados pela rede municipal, promovendo integração e continuidade das práticas pedagógicas.

2.2. Especificações Técnicas detalhadas em ANEXO I.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto desta contratação está fundamentado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ, os quais integram os autos do presente processo administrativo, conforme peças próprias.

O ETP, elaborado em observância ao disposto no art. 6º, XX, e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, apresenta diagnóstico detalhado da necessidade da rede municipal de ensino, análise das alternativas de solução disponíveis no mercado, justificativa da opção escolhida, estimativa de quantitativos, requisitos técnicos e de qualidade, além da estimativa de custos e avaliação de viabilidade.

Dentre as conclusões do estudo, restou evidenciada a necessidade de modernização da infraestrutura pedagógica mediante a aquisição de 70 (setenta) lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas com suporte móvel e acessórios obrigatórios, como solução mais adequada para atender às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Plano Municipal de Educação e às demandas contemporâneas de inclusão digital e inovação pedagógica.

Assim, a presente contratação encontra-se devidamente justificada e motivada no interesse público, atendendo às normas legais, aos princípios da economicidade e eficiência, e aos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Educação, estando seu objeto integralmente fundamentado nas conclusões técnicas constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

A solução a ser contratada compreende o fornecimento, instalação, configuração e suporte de **70 (setenta) lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas**, com suporte móvel em aço carbono e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino de Cantagalo/RJ. O conjunto contemplará todos os elementos necessários para o uso pleno e imediato, garantindo a efetividade da aplicação pedagógica desde a entrega.

4.1. O ciclo de vida do objeto abrange as seguintes etapas:

- 4.1.1. **Aquisição e fornecimento** – compreende a entrega dos equipamentos novos, em perfeito estado de funcionamento, com todos os acessórios originais, embalagens adequadas e manuais em português, de acordo com as especificações técnicas definidas.
- 4.1.2. **Transporte, entrega e instalação** – os equipamentos deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares indicadas, com transporte seguro e montagem realizada pela contratada. A instalação deve assegurar pleno funcionamento desde o recebimento, incluindo configuração inicial de hardware e software, integração com redes locais, conexão a serviços em nuvem e ajustes necessários para uso imediato.
- 4.1.3. **Capacitação inicial e orientação** – embora a rede municipal já possua profissionais capacitados em tecnologias educacionais, caberá à contratada fornecer orientações básicas de operação, boas práticas de uso, procedimentos de manutenção preventiva e esclarecimentos sobre funcionalidades do equipamento, de forma a maximizar a eficiência do recurso tecnológico.

- 4.1.4. **Uso pedagógico e operacional** – a solução deverá possibilitar metodologias ativas de ensino, colaboração simultânea, integração com plataformas digitais, videoconferência e utilização de conteúdos multimídia. Essa fase compreende o aproveitamento cotidiano dos equipamentos nas salas de aula, garantindo maior engajamento dos estudantes e inovação nas práticas docentes.
- 4.1.5. **Manutenção preventiva e corretiva** – a contratada deverá assegurar **garantia mínima de 36 meses**, com suporte técnico remoto e presencial, conforme previsto no ETP. Isso inclui o atendimento de chamados em até 5 dias úteis, disponibilização de protocolo online de acompanhamento, substituição de peças defeituosas e manutenção corretiva necessária para assegurar a continuidade do uso.
- 4.1.6. **Atualizações e integração tecnológica** – os equipamentos deverão ser compatíveis com atualizações de software e integração com sistemas já utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo longevidade tecnológica e plena utilização durante todo o ciclo de vida útil estimado (mínimo de 50.000 horas de funcionamento da tela).

4.2. Elementos Relevantes da Solução

- 4.2.1. **Qualidade e rendimento:** equipamentos de alto desempenho, com resolução UHD 4K, vida útil mínima de 50.000 horas e integração com múltiplos dispositivos.
- 4.2.2. **Durabilidade e segurança:** estrutura reforçada em aço carbono, vidro temperado de 4 mm, película antigêrmica, bloqueio de portas e certificação de eficiência energética.
- 4.2.3. **Equidade pedagógica:** garantia de que todas as salas de aula da rede municipal disponham de acesso imediato e contínuo ao recurso tecnológico.
- 4.2.4. **Assistência técnica e suporte:** atendimento técnico estruturado, remoto e presencial, durante todo o período de garantia, assegurando continuidade operacional.

Dessa forma, a solução contempla todas as fases do ciclo de vida do objeto, desde a entrega inicial até o eventual descarte, assegurando a **eficiência, a economicidade, a segurança, a durabilidade e a sustentabilidade socioambiental** do investimento público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, administrativos e operacionais:

5.1. Local de Entrega

- 5.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e configurados nas seguintes unidades escolares da rede municipal de Cantagalo/RJ, em conformidade com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação:
- **Escola Municipal Alberto Augusto Thomaz** – Avenida Jornalista José Naegele s/nº - Gavião Novo (Cantelmo) - 1º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-4972 – E-mail: escolaalbertoaugustothomaz@yahoo.com.br
 - **Escola Municipal Alcides Afonso Carvalhaes** – RJ 170 (Cantagalo x São Sebastião do Paraíba), Bairro Novo Horizonte - 1º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-7484 – E-mail: alcidescarvalhaes@gmail.com

- **Escola Municipal Antônio Raposo** – Rua Cândida Vieira dos Santos, s/nº, Boa Sorte - 5º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-7300 – E-mail: antonioraposo2019@gmail.com
- **Escola Municipal Coronel Marcelino de Paula** – Rua Joaquim Ferreira da Costa, s/nº, São Sebastião do Paraíba – 4º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98102-8816 – E-mail: emcmmp@gmail.com
- **Escola Municipal Dacyr José Ribeiro** – Rua Azer Ribeiro, s/nº - Bairro São José - 1º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-2608 / (22) 98121-5672 – E-mail: ribeirodacyrjos@yahoo.com.br
- **Escola Municipal Elestar Caetano Mendes** – Rua Djalma Beda Coube, s/nº, Maravilha - Euclidelândia - 3º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-5897 – E-mail: elestarcaetanomendes@gmail.com
- **Escola Municipal Lameira de Andrade** – Rua Dr. Cássio Passos Barreto, nº 111, Centro, 1º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-2516 – E-mail: lameiramunicipalandrade@gmail.com
- **Escola Municipal Maria Bellieni D'Oliveira** – Rodovia RJ-160, km 8, Bairro Santo Antônio - 1º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-5009 – E-mail: mbellieni1958@gmail.com
- **Escola Municipal Profª. Lúcia Helena Pinheiro do Couto** – Rua José Estebanez, s/nº, Santa Rita da Floresta - 2º Distrito - Cantagalo/RJ – Tel.: (22) 98101-6074 – E-mail: emprof.luciahelena@gmail.com

5.2. Garantia do Produto

- 5.2.1. Os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses**, contados a partir do recebimento definitivo.
- 5.2.2. O suporte técnico deverá ser oferecido em regime de **8 horas diárias, 5 dias por semana**, durante todo o período de garantia.
- 5.2.3. O atendimento técnico presencial deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias úteis** após a abertura do chamado.
- 5.2.4. A contratada deverá disponibilizar **plataforma online para registro e acompanhamento de chamados**, garantindo transparência no atendimento.

5.3. Garantia da Execução Contratual

- 5.3.1. Nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a **garantia da execução contratual**, equivalente a até 5% do valor total contratado, podendo ser prestada nas modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.4. Manutenção e Assistência Técnica

- 5.4.1. A contratada deverá assegurar **manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas** durante o prazo de garantia, sem ônus para a Administração.
- 5.4.2. Deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para suporte presencial e remoto.
- 5.4.3. As manutenções deverão ser realizadas preferencialmente no local de instalação; quando não for possível, o transporte correrá por conta da contratada.

5.5. Requisitos de Sustentabilidade

- 5.5.1. Os equipamentos deverão possuir **certificação de eficiência energética** (ex.: Energy Star ou equivalente).
- 5.5.2. Deverá ser assegurada a **logística reversa de embalagens e equipamentos inservíveis**, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- 5.5.3. As embalagens deverão ser recicláveis ou reutilizáveis.
- 5.5.4. A contratada deverá adotar procedimentos que minimizem impactos ambientais no transporte, instalação e descarte.

5.6. Subcontratação

- 5.6.1. Não será admitida a **subcontratação do objeto principal**. Eventuais serviços acessórios, como transporte ou descarte de embalagens, poderão ser subcontratados mediante prévia anuência da Administração e desde que não comprometam a execução do contrato.

5.7. Vistoria

- 5.7.1. Não será exigida a realização de vistoria prévia por parte dos licitantes, considerando que os locais de instalação são unidades escolares regulares, devidamente estruturadas. Entretanto, a contratada deverá verificar, no ato da entrega, as condições de infraestrutura elétrica e de espaço físico, comunicando imediatamente à Administração qualquer necessidade de adequação antes da instalação definitiva.

5.8. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos itens (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021):

- 5.8.1. *Na fase de julgamento, a empresa provisoriamente declarada vencedora da disputa será convocada, pelo Pregoeiro, a apresentar as funcionalidades do produto para a Comissão de Avaliação, como condição de habilitação que resultará no aceite do modelo e condições técnicas apresentadas, homologando o produto ofertado por definitivo para futura assinatura contratual.*
- 5.8.2. *No intuito de agilizar a finalização do processo, havendo anuência dos licitantes, poderá ser solicitada demonstração não só do vencedor provisório, mas também dos segundos e/ou terceiros colocados.*
- 5.8.3. *O não cumprimento do disposto no item acima, bem como se o produto apresentado não atender aos requisitos discriminados no presente Termo de Referência pela empresa proponente na demonstração, o Pregoeiro convocará a empresa licitante subsequente na ordem de classificação para que realize a respectiva demonstração, sendo avaliada nos mesmos moldes da empresa licitante anterior, e assim sucessivamente, até a apuração de um licitante que atenda a todas as exigências do Termo de Referência. Além da desclassificação, poderão ainda ser aplicadas as sanções previstas neste edital.*
- 5.8.4. *Reputar-se-á como conduta incompatível com a idoneidade do certame, quando o vencedor provisório realizar demonstração com divergência grosseira em relação à proposta escrita ou injustificadamente não apresentar a demonstração, causando de má*

fé transtorno ao prosseguimento do processo licitatório, sujeitando-se o infrator às sanções previstas em lei, após devida instrução em processo administrativo, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- 5.8.5. *Não serão aceitos pedidos de substituição de marca, exceto quando existir comprovação por parte do fabricante que justifique essa substituição, devendo tal pedido ser protocolado junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Cantagalo.*
- 5.8.6. *A prova de demonstração será julgada por uma Comissão de Avaliação, criada especificamente para este fim, para que com base em conhecimentos tácitos adquiridos, conduzir e subsidiar as decisões quanto ao aceite ou recusa dos produtos demonstrados, para fins de conclusão do procedimento licitatório, devendo fundamentar os motivos da recusa, se houver.*
- 5.8.7. *A Comissão de Avaliação será formada por no mínimo 3 (três) servidores da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo, das áreas de informática, docência e gestão escolar, conforme portaria publicada.*
- 5.8.8. *A prova de demonstração dos produtos terá duração de até 6 (seis) horas, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante fato superveniente devidamente justificado, que será analisado pela Comissão de Avaliação, cabendo a esta decidir pela prorrogação ou não do prazo.*
- 5.8.9. *A prova de demonstração ocorrerá na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na rua Leontino Filipe Richa, nº 154 – Sobreloja Banco do Brasil – Centro – Cantagalo/RJ – CEP: 28.500-000.*
- 5.8.10. *A empresa proponente deverá trazer todos os equipamentos necessários e os módulos do software devidamente configurados, sendo responsabilidade da CONTRATANTE apenas a infraestrutura local. Também deverão ser apresentados todos os acessórios inclusos e a tela deverá estar instalada no suporte móvel ofertado.*
- 5.8.11. *Toda a infraestrutura de hardware e software necessária para demonstração do atendimento aos requisitos é de responsabilidade da empresa proponente, assim como a massa de dados necessária para a demonstração.*
- 5.8.12. *Uma vez iniciada a demonstração, é vedado à empresa proponente a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware e software dedicado.*
- 5.8.13. *Qualquer interessado poderá acompanhar a realização da prova de demonstração dos equipamentos, sendo que, durante a demonstração, somente poderão se manifestar a equipe da CONTRATANTE e a empresa proponente. Os demais interessados poderão se manifestar por escrito durante a fase de recursos.*
- 5.8.14. *A avaliação será feita de forma objetiva, conforme critérios descritos no Anexo IV deste Termo de Referência.*
- 5.8.15. *Todos os critérios descritos no Anexo IV são considerados obrigatórios.*
- 5.8.16. *Após a demonstração realizada pela empresa proponente, a Comissão de Avaliação terá um prazo de até 1 (um) dia útil para emitir relatório de análise.*
- 5.8.17. *Os produtos ofertados serão considerados reprovados nas seguintes condições:*
- 5.8.18. *Não comparecimento para execução da prova na data e hora marcada, com tolerância*

máxima de 30 (trinta) minutos.

- 5.8.19. *O não atendimento aos critérios descritos no Anexo IV durante a Prova de Demonstração do equipamento.*
- 5.8.20. *Será concedida uma única oportunidade de aplicação da Prova de Demonstração do equipamento por Licitante.*
- 5.8.21. *A aprovação da Licitante na Prova de Demonstração não exclui a obrigatoriedade do cumprimento das demais exigências previstas neste Termo de Referência.*
- 5.8.22. *Em função do relatório emitido pela Comissão de Avaliação, será marcada sessão pública para julgamento pelo Pregoeiro, com a decisão de classificação ou desclassificação da(s) licitante(s), declarando a(s) vencedora(s) do certame nesta oportunidade.*
- 5.8.23. *A demonstração realizada pela licitante vencedora e aprovada pela Comissão de Avaliação não será, em hipótese alguma, considerada como início de entrega do produto ofertado.*

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita conformidade com as cláusulas avençadas no instrumento convocatório, neste Termo de Referência e na legislação vigente, sendo cada parte responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do **art. 115 da Lei nº 14.133/2021**.

6.1. A execução do objeto observará as seguintes condições:

6.1.1. Início da Execução

- A execução do contrato terá início no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** após a emissão e entrega da Nota de Empenho à contratada.
- Dentro desse prazo, deverão ser realizadas todas as etapas iniciais necessárias ao fornecimento, transporte, entrega, instalação e configuração dos equipamentos nas unidades escolares indicadas.

6.1.2. Regime de Execução

- O regime de execução será **empreitada por menor preço por item**, considerando o fornecimento integral de cada unidade de lousa digital interativa móvel de 75 polegadas com suporte móvel e acessórios obrigatórios.
- O pagamento será efetuado conforme a entrega definitiva e o recebimento dos itens devidamente instalados e em pleno funcionamento.

6.1.3. Condições de Execução

- A contratada deverá cumprir rigorosamente as **especificações técnicas** estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.
- O fornecimento abrangerá todas as fases: entrega, instalação, configuração inicial, testes de funcionamento, suporte técnico durante o período de garantia e logística reversa das embalagens.
- A instalação e configuração deverão garantir que os equipamentos estejam **plenamente operacionais no ato do recebimento definitivo**.
- Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar manutenção corretiva, substituição de peças defeituosas, atendimento remoto e presencial no prazo máximo de 5 dias úteis.

6.1.4. Local e Horário de Prestação dos Serviços

- Os serviços de entrega, instalação e configuração deverão ser prestados diretamente nas **unidades escolares da rede municipal de Cantagalo/RJ**, conforme relação constante no item "Requisitos da Contratação".
- O horário de execução será das **08:00 às 16:00 horas**, em dias úteis, devendo a contratada ajustar o cronograma às atividades escolares para minimizar impactos pedagógicos.

6.1.5. Materiais e Equipamentos a Serem Fornecidos pela Contratada

A contratada será responsável por fornecer todos os materiais, acessórios e equipamentos necessários ao pleno funcionamento das lousas digitais, incluindo:

- Lousa digital interativa móvel de 75" com suporte móvel em aço carbono;
- Controle remoto;
- Duas canetas de toque originais;
- Cabos de alimentação, HDMI e USB para toque;
- Régua de energia integrada ao suporte;
- Guia rápido e manual do usuário em português;
- Software nativo de quadro branco e de videoconferência;
- Recursos de conectividade sem fio (casting) para múltiplos dispositivos;
- Ferramentas para gravação, anotação e colaboração em tempo real.

6.1.6. Rotinas de Acompanhamento e Fiscalização

- A execução será acompanhada por servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Educação, que atuará(ão) como **fiscal do contrato**, registrando ocorrências e exigindo da contratada a adoção de medidas corretivas, quando necessárias.

- Serão realizados testes de funcionalidade no momento da entrega, incluindo verificação de tela, conectividade, recursos multimídia, som e acessórios.
- O recebimento será formalizado em duas etapas: **provisório**, após a instalação, e **definitivo**, após a verificação do pleno funcionamento do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (sugestão: elaborar um texto padrão para contratos executados em regime de dedicação exclusiva)

A gestão e fiscalização do contrato deverão observar o disposto nos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a execução adequada do objeto, a conformidade com as cláusulas contratuais e o atendimento ao interesse público.

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada conforme os seguintes parâmetros:

- 7.1.1. Designação de preposto da contratada:** a empresa vencedora deverá indicar formalmente um **preposto** responsável pela comunicação direta com a Administração, presente sempre que necessário durante a execução contratual, para responder por solicitações, prestar informações e acompanhar a entrega, instalação e suporte técnico.
- 7.1.2. Gestão contratual:** a Administração designará um **gestor do contrato**, a quem caberá a coordenação das atividades, a tomada de decisões relativas à execução contratual e a aplicação de medidas necessárias para garantir a plena consecução do objeto.
- 7.1.3. Fiscalização da execução:** será designado um ou mais **fiscais do contrato**, que acompanharão de forma direta e permanente a execução, verificando o cumprimento das especificações técnicas, os prazos de entrega, as condições de instalação, o suporte técnico e a garantia. O fiscal deverá manter registros documentais sobre as etapas do contrato e comunicar ao gestor eventuais falhas ou irregularidades.
- 7.1.4. Manutenção das condições de habilitação:** durante toda a vigência contratual, a Administração poderá realizar verificações periódicas para assegurar que a contratada mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato, conforme previsto no edital e na legislação aplicável.
- 7.1.5. Controle de desempenho:** a Administração adotará rotinas de acompanhamento, incluindo relatórios de ocorrências, checklists de conformidade técnica, registros de chamados de suporte e avaliações periódicas de funcionamento, a fim de assegurar que os equipamentos estejam operacionais e atendendo às finalidades pedagógicas da contratação.
- 7.1.6. Comunicação formal:** toda e qualquer comunicação entre Administração e contratada deverá ser formalizada por meio de documentos oficiais, relatórios ou registros no sistema adotado pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo transparência, rastreabilidade e segurança jurídica.

Assim, a gestão contratual será realizada de forma sistemática e organizada, assegurando que o objeto seja executado de acordo com os termos ajustados, com qualidade, eficiência e respeito ao interesse público.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A execução do contrato observará os seguintes critérios de medição e pagamento:

8.1. Recebimento Provisório:

8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **2 (dois) dias úteis** pelo fiscal do contrato, mediante **termo circunstanciado e detalhado**, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo estabelecidas no Termo de Referência.

8.2. Recebimento Definitivo:

8.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

8.2.2. O recebimento definitivo dependerá da verificação da **qualidade, quantidade e conformidade do objeto** entregue, sendo formalizado por meio de **termo detalhado de aceitação**.

8.3. Emissão de Nota Fiscal ou Fatura:

8.3.1. A contratada deverá emitir **Nota Fiscal ou Fatura** correspondente ao fornecimento efetivamente realizado, no valor exato **dimensionado e atestado pela fiscalização** do contrato.

8.4. Responsabilidade da Contratada:

8.4.1. O recebimento provisório ou definitivo **não excluirá a responsabilidade civil** da contratada quanto à solidez, segurança, funcionalidade e durabilidade do objeto fornecido.

8.4.2. A contratada permanece responsável pela **perfeita execução do contrato**, bem como pelo cumprimento das obrigações éticas e profissionais durante todo o prazo de garantia.

8.5. Prazo de Pagamento:

8.5.1. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente devidamente atestado, correrá o prazo de **30 (trinta) dias** para a efetivação do pagamento, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Forma de Pagamento:

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada no contrato administrativo.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio de **procedimento licitatório**, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, com os seguintes critérios e exigências:

9.1. Modalidade e Forma de Disputa

9.1.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **Pregão, sob a forma eletrônica**, em conformidade com os arts. 28, 29 e 32 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Será adotado o critério de julgamento **menor preço por item**, assegurando a ampla competitividade entre os licitantes.

9.2. Exigências de Habilitação

9.2.1. Os licitantes deverão comprovar as condições de habilitação exigidas pela legislação, apresentando documentação válida e regular, conforme segue:

9.3. Habilitação Jurídica

9.3.1. Comprovação da constituição legal da empresa, mediante contrato social, estatuto, registro comercial ou ato equivalente, devidamente atualizado.

9.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.4.1. Comprovação da situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, bem como comprovação de regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. Comprovação da capacidade financeira para cumprir as obrigações decorrentes da contratação, por meio da apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices de liquidez compatíveis com o objeto.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem fornecimento de bens similares em quantidade e características compatíveis com o objeto desta contratação, além da comprovação de assistência técnica autorizada para suporte no território nacional.

9.7. Outros Requisitos

9.7.1. O fornecedor deverá atender às condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, especialmente quanto ao fornecimento, instalação, configuração e garantia dos equipamentos.

9.7.2. Será exigido que a empresa vencedora indique **preposto formalmente designado**, para responder junto à Administração durante a execução do contrato.

9.7.3. A fragmentação do objeto, visando a aplicação de cota reservada para ME/EPP, comprometeria a padronização, a qualidade dos produtos, o cumprimento dos prazos e poderia inviabilizar a obtenção de condições mais vantajosas decorrentes da economia de escala, prejudicando a eficiência e a economicidade da contratação.

9.7.4. **Não será aplicada a reserva de cota para ME e EPP nesta contratação**, por motivos de padronização, economicidade, eficiência operacional e continuidade da prestação dos serviços públicos educacionais, em observância ao interesse público e aos princípios constitucionais da administração pública.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços de mercado**, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando contratações realizadas por outros entes públicos e consultas a fornecedores especializados.

10.1. Fontes Utilizadas na Pesquisa

10.1.1. Foram consideradas quatro referências, conforme pesquisa de preços realizada para este TR:

- **RENTAL SAAS Serviços e Soluções em Informática Ltda** – R\$ **2.240.000,00** (cotação formal).
- **ACME3 Tecnologia da Informação Ltda** – R\$ **2.450.000,00** (cotação formal).
- **SIPVOX Tecnologia da Informação Ltda** – R\$ **2.740.441,20** (cotação formal).
- **Banco de Preços (conforme ETP)** – R\$ **2.913.866,90**.

Quantitativo estimado: **70 (setenta) unidades** de lousa digital interativa móvel de 75”.

10.1.2. Consolidação (preços globais e unitários)

Fonte / Fornecedor	Preço Global (R\$)	Preço Unitário (R\$/un)
RENTAL SAAS	2.240.000,00	32.000,00
ACME3	2.450.000,00	35.000,00
SIPVOX	2.740.441,20	39.149,16
Banco de Preços (ETP)	2.913.866,90	41.626,67

Observação: os preços unitários resultam da divisão do preço global por 70 unidades.

10.1.3. Critério e memória de cálculo

10.1.4. Para a definição do valor de referência, adotou-se a **média aritmética simples** dos preços unitários apresentados, resultando

em: $32.000,00 + 35.000,00 + 39.149,16 + 41.626,67 = 36.943,96 \frac{32.000,00 + 35.000,00 + 39.149,16 + 41.626,67}{4} = 36.943,96$

- **Estimativa unitária pela média: R\$ 36.943,96/un**
- **Estimativa global (70 unidades): R\$ 2.586.077,20**

10.1.4. Parâmetros utilizados

- Quantitativo: **70 unidades** de lousa digital interativa móvel de 75”, com suporte móvel e acessórios obrigatórios.
- Inclusão de **custos acessórios**: entrega, instalação, configuração inicial, garantia mínima de 36 meses, suporte técnico, orientação de uso e logística reversa de embalagens.

- Valores **brutos**, contemplando tributos, frete e demais encargos.
- Critério metodológico: **média aritmética simples**, adequada para estimativa de referência quando não há indícios de valores fora do padrão (outliers).

10.1.5. Valor de referência para a ARP

Considerando que a contratação será realizada por **Sistema de Registro de Preços (SRP)**:

- O valor de referência a ser adotado é de **R\$ 36.943,96/unidade**.
- O valor global estimado, para planejamento, corresponde a **R\$ 2.586.077,20**.
- Ressalta-se que, em SRP, a Administração poderá adquirir quantitativos conforme a necessidade, até o limite registrado, observando o critério de **menor preço por item** no certame.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES

Em conformidade com os **arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021**, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na legislação e neste Termo de Referência, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, execução irregular, atraso injustificado ou descumprimento de cláusulas contratuais.

11.1. Infrações

11.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras:

- O **atraso injustificado** na entrega, instalação ou configuração dos equipamentos.
- O **descumprimento das especificações técnicas** ou quantitativas definidas neste Termo de Referência.
- A **execução irregular ou defeituosa** dos serviços de instalação e suporte.
- O **não atendimento às condições de garantia** mínima de 36 (trinta e seis) meses.
- A **subcontratação não autorizada** do objeto principal.
- A **não manutenção das condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.
- A **inobservância de normas ambientais, de segurança e de sustentabilidade** aplicáveis ao objeto contratado.

11.2. Sanções Administrativas

11.2.1. Pelas infrações cometidas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa da contratada:

- **Advertência:** quando a infração for de menor gravidade e não causar prejuízo significativo à Administração.
- **Multa:** aplicada na forma prevista no edital e no contrato, calculada sobre o valor do item ou do contrato, em caso de atraso, execução irregular ou inexecução parcial.
- **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Cantagalo/RJ**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato ou de infrações graves.

- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Responsabilidade da Contratada

- 11.3.1. A aplicação de penalidades não excluirá a responsabilidade da contratada quanto às perdas e danos causados à Administração.
- 11.3.2. O recebimento provisório ou definitivo dos equipamentos **não afastará a responsabilidade da contratada** pela solidez, segurança, durabilidade e plena funcionalidade do objeto, nem a obrigação de prestar assistência técnica durante o prazo de garantia.
- 11.3.3. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, com **notificação prévia e garantia de contraditório e ampla defesa**.

11.4. Competência para Aplicação

- 11.4.1. As sanções serão aplicadas pela **autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo/RJ**, observada a gradação da penalidade conforme a gravidade da infração, a reincidência e os prejuízos causados à Administração.

12. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 12.1. Compõe como Anexo a este TR o seguinte documento:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
ANEXO II – PARECER PEDAGÓGICO;
ANEXO III - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO;
ANEXO IV - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROVA DE DEMONSTRAÇÃO.
ANEXO V – OFÍCIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cantagalo, 20 de agosto de 2025

Ana Carolina Silva de Almeida
Assessora da Secretaria Municipal de Educação
Mat. 4961-1

Fabianna Molin Pacheco
Secretária Municipal de Educação
Mat: 5186

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOUSA INTERATIVA EDUCACIONAL, incluindo suporte móvel em metal.

1. Descrição técnica:

- 1.1. *A lousa interativa educacional deve apresentar recursos para vídeo aulas, junto com ferramenta de assistência quadro branco interativo baseado em nuvem, nativo do mesmo fabricante que a lousa interativa. Deve possuir os seguintes elementos abaixo especificados:*
 - a) *Solução para anotações e colaboração em todas as aplicações, sendo Windows e Android como recursos de nuvem para simplificar as discussões em sala de aula, tornando mais fácil para educadores e alunos compartilharem ideias, notas e opiniões, independentemente de onde estejam;*
 - b) *Função para que os educadores baixem e enviem arquivos diretamente para serviços em nuvem, como Google Drive, One Drive, Dropbox e Sharepoint para que os mesmos possam modificar de forma fácil seus materiais e consigam acessá-los de qualquer lugar;*
 - c) *Funcionalidade para captura de tela ajustável e importação fácil para os educadores poderem capturar telas de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo *importar* esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações adicionais em uma página nova. A ferramenta flutuante deve permitir que o educador possa gravar qualquer interação com a tela sendo no Android, podendo gravar áudio e vídeo sem a necessidade de software e hardware externo. Após gravação, deve permitir compartilhamento em nuvem com multiusuários;*
 - d) *Funcionalidade para colaboração simultânea com cores diferentes, que permita que dois usuários escrevam ou desenhem simultaneamente, tornando-o ideal para atividades animadas em sala de aula;*
 - e) *Funcionalidade “modo pincel” para criação de figuras em aulas, por exemplo de arte, com experiência de desenhar com canetas e pincéis reais;*
 - f) *Ferramenta flutuante incorporada que permita aos educadores escreverem sobre qualquer aplicativo, vídeo, site, documento ou imagem, seja usando Windows, Mac, Chrome ou Android, devendo suportar até 20 toques simultâneos (na ferramenta flutuante nativa);*
 - g) *Ferramenta para reconhecimento de escrita, para que os usuários convertam instantaneamente texto e números em texto digital dentro da ferramenta de quadro branco, sem a necessidade de alterar o aplicativo;*
 - h) *Software que possa enviar mensagens, documentos e imagens durante aulas, garantindo entrega imediata, servindo como um centro de informações de última geração;*
 - i) *Suportar criação de contas locais permitindo que a equipe de TI possa criar contas individuais para cada professor com nível de permissão. permitindo que eles possam instalar e modificar a lousa ou apenas utilizar como o usuário;*
 - j) *Conter software para transmissão sem cabos (casting), compatível com IOS, Android, Windows PC, Chrome OS, permitindo que os usuários se conectem à tela para apresentar conteúdo multimídia FULL HD sem cabos;*

- k) Suportar software de vídeo conferência visando facilitar a comunicação dos professores, coordenação, pais e alunos, através de vídeo frente a frente com chamadas de áudio e VOIP de alta definição, reuniões em grupo instantâneas ou agendadas, tela compartilhada e gravações de sessões para referência futura sem limite de uso;*
- l) Transmissão multiusuário, possibilitando conectar no mínimo 9 usuários simultaneamente, devendo funcionar com o uso de internet e sem necessidade da mesma, devendo permitir também controle do display via smartphone;*
- m) Transmissão sem cabos, sem a necessidade de aplicativos específicos instalados nos hardwares externos, para espelhamento de notebooks, tablets e smartphones, para facilitar o uso;*
- n) Alto-falantes frontais e compatibilidade com microfone externo;*
- o) Recurso para controle de portas, para bloqueio de tela e aplicativos, definido nas configurações, para impedir que alunos acessem conteúdos inapropriados;*
- p) Compatível com os principais sistemas operacionais, do Windows ao Mac, Linux e Chrome por meio de recurso plug-and-play;*
- q) Permitir a instalação de aplicativos via Loja de Aplicativos, através de conta Google, gratuitamente;*
- s) Película antigerme para evitar proliferação de vírus e bactérias entre os usuários;*
- t) Controle de incidência de Luz Azul, visando evitar fadiga ocular.*

1.2 - Configurações físicas mínimas (hardware):

- a) Tamanho da tela: 75";*
- b) Luz de fundo / fonte de luz: DLED;*
- c) Resolução UHD 3840x2160 pixels;*
- d) Brilho (típico) mínimo de: 350cd/m²;*
- e) Relação de contraste: 4.000: 1;*
- f) Ângulo de visão (horizontal / vertical) de 178 ° / 178 °;*
- g) Tempo de resposta mínimo de 6ms;*
- h) Pannel (bit) 8;*
- i) Vida útil mínima de 50.000 horas;*
- j) Bivolt;*
- k) Tecnologia touch com capacidade mínima de 20 pontos de toques simultâneos;*
- l) Interface de toque x2 (USB tipo B);*
- m) Vidro temperado de 4mm;*
- n) 02 alto-falantes internos de 15w cada na parte frontal;*
- o) 08 microfones internos na parte frontal;*
- p) 01 entrada de áudio;*
- q) 01 porta MIC;*
- r) 03 entradas HDMI (2.0);*
- s) 01 saída HDMI;*
- t) Slot x24 para instalação de pelo menos 1 OPS;*
- u) 04 portas USB 3.0;*
- v) 01 porta USB 2.0;*
- w) 01 entrada RS232;*
- x) 01 porta RJ45 in 10/100/1000;*

- y) 01 porta RJ45 out 10/100/1000;
- z) 01 porta display port;
- aa) 01 speed spdif out;
- bb) 01 porta USB tipo-c;
- cc) Sistema operacional android 11;
- dd) 8 gb memória ram;
- ee) 128 gb memória interna de armazenamento;
- ff) Deve suportar os idiomas português, inglês e espanhol.

1.3 – Câmera para vídeo conferência, devendo possuir as seguintes configurações mínimas:

- a) Resolução: 1080p - 720p;
- b) Foco automático;
- c) Câmera Full HD (1920 x 1080) embutida na tela, original do fabricante;
- d) Compatibilidade com as plataformas: Skype – Google Meet – Face Time para Mac;
- e) Autofoco HD e correção de luz, para se ajustar as condições de iluminação para produzir imagens de alta definição extremamente nítidas, mesmo em locais pouco iluminados.

1.4 – Suporte móvel, devendo possuir as seguintes configurações:

- a) Construído em aço carbono 1020 com espessuras reforçadas para suportar com segurança as lousas interativas;
- b) Pintura eletrostática na cor preta resistente à corrosão;
- c) Suporte de chão com rodízios (tipo rack com rodas);
- d) Gaveta inferior com fechadura para guardar acessórios;
- e) Rodízios duplos com travas de segurança e sistema de travamento para redução de vibrações;
- f) Haste de fixação VESA horizontal: 100/200/300/400/600;
- g) Haste de fixação VESA vertical: 100/200/300/400;
- h) Capacidade de carga de 150 kg;
- i) Peso aproximado de até 35kg;
- j) Régua de alimentação de energia com no mínimo 03 pontos de conexão;
- k) Extensão embutida de 3,50 M livre para um melhor posicionamento em sala.

1.5 – Acessórios:

- a) 01 controle remoto;
- b) 01 cabo de alimentação;
- c) 01 cabo HDMI;
- d) 01 guia de iniciação rápida;
- e) 01 manual do usuário arquivo eletrônico;
- f) 01 cabo USB para toque;
- g) 02 canetas de toque.

1.6 – Características mínimas do software de quadro branco:

- a) A lousa interativa deve possuir software de quadro branco nativo do mesmo fabricante do equipamento, devendo permitir 20 toques simultâneos;
- b) Permitir a escrita com diversas cores, formatos de pincéis, graus de opacidade e espessura do traço;
- c) Permitir a identificação do texto e números escritos, os tornando digitais;
- d) Permitir a correção de formas geométricas a partir do uso de um pincel;
- e) Possuir ferramenta exclusiva para formas geométricas;

- f) Permitir a adição de novas páginas ou trabalhar em um único plano podendo mover para os lados, para cima e para baixo o espaço a ser utilizado;
- g) Permitir uso de apagador a partir da palma da mão;
- h) Permitir a seleção de itens a serem excluídos;
- i) Permitir toda a página seja apagada;
- j) Possuir opção de barra de ferramentas que permita importação de imagens, arquivos office;
- k) Permitir opção de criação de tabela até 8x12;
- l) Possibilitar a importação de vídeos, música e arquivo de quadro branco;
- m) Possuir cronômetro;
- n) Permitir visualizar em modo janela junto ao quadro branco, dispositivos que estejam conectados tais como: OPS, HDMI, Display port e USB tipo-c;
- o) Em modo janela, dentro do quadro branco, permitir acesso ao navegador google dando a possibilidade para a busca de materiais, como: conteúdo e imagens, tornando a aula mais colaborativa e dinâmica;
- q) Ferramenta de envio de conteúdo (mensagem e imagem) para o quadro branco através da leitura do QR Code;
- r) Permitir função de refazer e desfazer algo já feito;
- s) Permitir scanear QR Code para download do material apresentado em sala;
- t) Permitir salvar arquivo no formato fonte IWB, PDF e PNG.

1.7 – Características mínimas do software de vídeo conferência:

- a) Funcionalidade para reuniões instantâneas;
- b) Modo organização de conversas em massa;
- d) Funcionalidade para classificação de mensagens;
- e) Segurança criptografada;
- f) Assistente de colaboração para desktop e celular;
- g) Compartilhamento de tela com suporte a vários monitores;
- h) Videoconferência de qualidade HD, no mínimo;
- i) Conferência de voz VOIP;
- j) Chat em grupo seguro;
- k) Gravação de reuniões;
- l) Licença perpétua.

1.8 - Instalação e configuração:

Todos os equipamentos, acessórios e softwares fornecidos conforme descritivos deste anexo devem ser entregues, instalados e configurados, sob responsabilidade da CONTRATADA, nos locais indicados pela Contratante.

1.10 - Outras exigências:

Toda a documentação técnica fornecida deverá ser correspondente ao equipamento do fabricante, marca e modelos cotados e estar em português. O equipamento deverá ser entregue acompanhado do manual técnico do fabricante que acompanha o equipamento, podendo ser cópia integral e legível deste com a tradução para o português.

1.11 – Garantia:

A garantia de funcionamento será de 36 (trinta e seis) meses, contada a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

Deverá ser disponibilizado software ou ferramenta para realização de suporte técnico durante o período de garantia. O prazo para realização de assistência técnica será de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do próximo dia útil posterior da abertura do chamado técnico.

A abertura de chamados técnicos deverá obrigatoriamente fornecer ticket ou protocolo para acompanhamento via web da solução do problema, ou seja, a CONTRATANTE deverá ter acesso ONLINE a todo processo de resolução do problema gerado o número de protocolo, onde o tempo de atendimento e solução do problema será baseado na abertura da ordem de serviço neste sistema.

O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia, deverá ser de 8 horas por dia, 5 dias por semana.

1.12 – Modelos de referência:

- a) <https://www.benq.com/pt-br/business/ifp/re7501.html> - Benq RE 7501;
- b) https://pt.made-in-china.com/co_gzmaystar/product_Interactive-Smart-Panel-Whiteboard-Smartboard-for-Education-and-Conference-Video-Meeting_uoiuuegegy.html - Maystar MS-F65CT-XF3;
- c) <http://www.elcd.com.cn/products/nano-blackboard.html> - ST Board Brink HJ-TD75 2023;
- d) <https://www.quinyxcompany.com/download/touch/QTP-SERIES-21I21B.pdf> - Quinyx QTP-7520X.

PARECER PEDAGÓGICO FAVORÁVEL À UTILIZAÇÃO DE LOUSAS INTERATIVAS PARA AS SALAS DE AULAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANTAGALO RJ

I. Contextualização e Justificativa

A Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo, em alinhamento com a implementação da BNCC da Computação e em busca de inovação pedagógica, vem utilizando a lousa digital interativa em todas as escolas da Rede Municipal.

Atualmente, cada Unidade Escolar conta com pelo menos um equipamento, que tem proporcionado avanços significativos na dinamização das aulas, no engajamento dos estudantes e na integração de recursos digitais ao processo de ensino-aprendizagem.

Considerando o compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo com a qualidade da prática pedagógica e a promoção de ambientes de aprendizagem mais atrativos, inclusivos e eficientes. O setor pedagógico vem acompanhando, desde a implantação das lousas digitais interativas os impactos positivos que esse recurso tem proporcionado no processo de ensino e aprendizagem nas escolas da Rede Municipal. Trata-se de uma tecnologia que tem favorecido a realização de aulas mais interativas, participativas e alinhadas às práticas pedagógicas contemporâneas.

Desde sua introdução, observou-se um aumento significativo no engajamento dos estudantes, bem como uma maior autonomia dos professores no uso de recursos digitais. Com base na avaliação técnica e pedagógica realizada junto às escolas, observa-se que os professores já estão habituados ao uso da tecnologia, tanto em termos operacionais quanto didáticos.

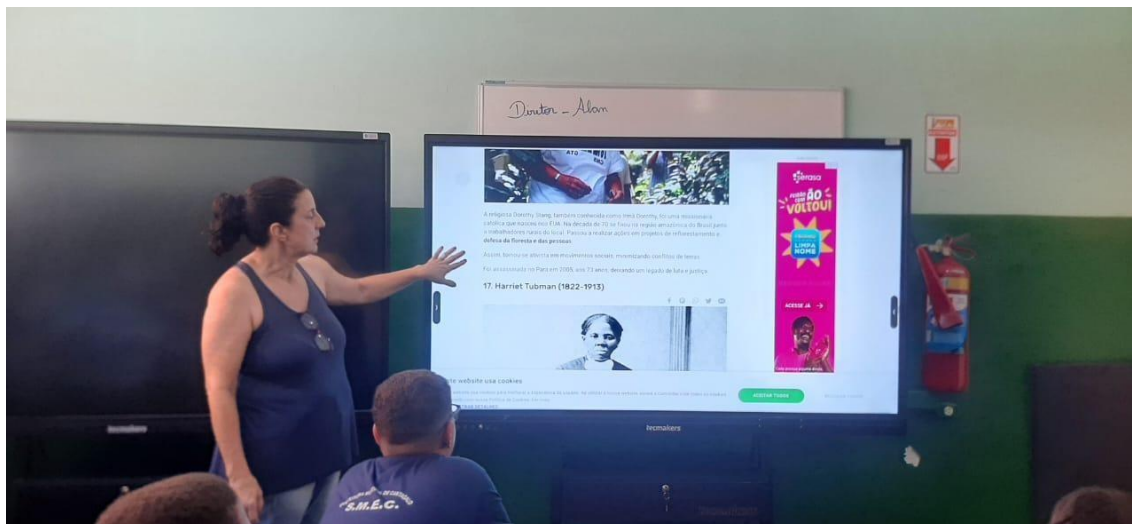


Foto 1 – Professora da turma do 5º ano da Escola Municipal Alberto A. Thomaz utilizando a lousa interativa.

II. Argumentação Técnica e Pedagógica

- Acessibilidade tecnológica para todos os alunos

A instalação de uma lousa digital interativa por sala de aula garantirá a equidade no acesso à tecnologia para todos os alunos, eliminando a necessidade de compartilhamento de equipamentos entre turmas e permitindo o uso constante e integrado às práticas pedagógicas.

A medida representa um investimento estratégico na valorização do ensino, promovendo o acesso à tecnologia de forma ampla, padronizada e funcional, com impacto direto na qualidade da aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Cantagalo.

As lousas interativas representam um recurso pedagógico que potencializa o processo de ensino e aprendizagem ao integrar recursos visuais, auditivos e cinestésicos. Essa multifuncionalidade permite que os professores diversifiquem suas estratégias didáticas, favorecendo diferentes estilos de aprendizagem e, conseqüentemente, promovendo maior engajamento dos estudantes.

Dentre os principais benefícios pedagógicos observados, destacam-se:

- Estímulo ao engajamento e à participação ativa dos alunos, por meio de uma abordagem mais dinâmica e interativa dos conteúdos curriculares;
- Facilitação da compreensão de conceitos abstratos, especialmente nas áreas de matemática e ciências, por meio de animações, gráficos e simulações digitais;
- Inclusão pedagógica, ao possibilitar a adaptação dos recursos conforme as necessidades específicas dos alunos, contribuindo para a acessibilidade e a equidade no ensino;
- Promoção da aprendizagem colaborativa e do protagonismo estudantil, incentivando o trabalho em grupo e o desenvolvimento de competências socioemocionais;
- Integração com recursos digitais e plataformas educativas, o que amplia o repertório do professor e enriquece o planejamento pedagógico;
- Possibilidade de armazenamento e reutilização de conteúdos, o que otimiza o tempo de planejamento e favorece a continuidade da aprendizagem;
- Fomento às metodologias ativas e a gamificação, alinhando a prática docente às demandas contemporâneas;
- Contribuição para o desenvolvimento da competência digital dos alunos, preparando-os para os desafios do século XXI.



Foto 2- Alunos da turma do Pré-Escolar II utilizando a lousa interativa

Diante do exposto, a ampliação do uso das lousas interativas nas escolas da Rede Municipal de Educação de Cantagalo é uma medida pedagógica estratégica e alinhada às diretrizes curriculares que visam à melhoria do desempenho dos estudantes e ao fortalecimento do trabalho docente.

Recomenda-se, portanto, a utilização de novos equipamentos como parte do plano de inovação educacional e modernização das práticas pedagógicas nas escolas municipais.



ANEXO III – LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ESCOLA	Nº de alunos (junho/2025)	Quantidade de Lousa/ Escola de acordo com Nº de salas em funcionamento (dados censo)	Acesso à Internet banda larga (dados censo)	Endereço
E M ALBERTO A. THOMAZ	136	5	SIM	Avenida Jornalista José Naegele, s/n, Gavião Novo (Cantelmo) - 1º Distrito
E M ALCIDES A. CARVALHAES	72	5	SIM	RJ 170 (Cantagalo x S. Sebastião do Paraíba), B. Novo Horizonte - 1º Distrito
E M ANTONIO RAPOSO	143	6	SIM	Rua Cândida Vieira dos Santos, s/n, Boa Sorte 5º distrito
E M MARIA BELLINI D'OLIVAL	351	12	SIM	Rodovia RJ 160, Bairro Santo Antônio, 1º Distrito
E M CEL MANOEL MARCELINO DE PAULA	59	4	SIM	Rua Joaquim Ferreira da Costa, s/n, São Sebastião do Paraíba - 4º Distrito - Localidade de difícil acesso.
E M DACYR JOSE RIBEIRO	208	7	SIM	Rua Azer Ribeiro, s/n, bairro São José- 1º Distrito
E M ELESTAR C. MENDES	208	8	SIM	Rua Djalma Beda Coube, s/n, Maravilha/Euclidelândia 3º Distrito
E M LAMEIRA DE ANDRADE	318	12	SIM	Rua Drº. Cássio Passos Barreto, nº 111, Centro
E M LUCIA HELENA P DO COUTO	143	5	SIM	Rua José Estebanez, S/Nº, Santa Rita da Floresta 2º Distrito
TOTAL DA REDE	1754	64		
Previsão de reserva técnica para manutenções e expansões futuras		6		
TOTAL		70		

ANEXO IV – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROVA DE DEMONSTRAÇÃO

FUNCIONALIDADE	SIM	NÃO
Apresentação dos acessórios inclusos.		
Tela instalada no suporte móvel ofertado.		
Sistema operacional Android 11.		
Memória RAM 8gb.		
Memória interna de armazenamento 128gb.		
Permitir 20 pontos de toques simultâneos.		
Permitir uso de caneta de toque.		
Permitir uso dos idiomas português, inglês e espanhol.		
Alto-falantes frontais e compatibilidade com microfone externo.		
Solução para anotações e colaboração em todas as aplicações, sendo Windows e Android como recursos de nuvem para simplificar as discussões em sala de aula, tornando mais fácil para educadores e alunos compartilharem ideias, notas e opiniões, independentemente de onde estejam.		
Função para que os educadores baixem e enviem arquivos diretamente para serviços em nuvem, como Google Drive, One Drive, Dropbox e Sharepoint para que os mesmos possam modificar de forma fácil seus materiais e consigam acessá-los de qualquer lugar.		
Captura de tela ajustável e importação fácil para os educadores poderem capturar telas de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo *importar* esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações adicionais em uma página nova. A ferramenta flutuante deve permitir que o educador possa gravar qualquer interação com a tela sendo no Android, podendo gravar áudio e vídeo sem a necessidade de software e hardware externo. Após gravação, deve permitir compartilhamento em nuvem com multiusuários.		
Colaboração simultânea com cores diferentes, que permita que dois usuários escrevam ou desenhem simultaneamente, tornando-o ideal para atividades animadas em sala de aula.		
“Modo pincel” para criação de figuras em aulas, por exemplo de arte, com experiência de desenhar com canetas e pincéis reais.		
Ferramenta flutuante incorporada que permita aos educadores escreverem sobre qualquer aplicativo, vídeo, site, documento ou imagem, seja usando Windows, Mac, Chrome ou Android, devendo suportar até 20 toques simultâneos (na ferramenta flutuante nativa).		
Ferramenta para reconhecimento de escrita, para que os usuários convertam instantaneamente texto e números em texto digital dentro da ferramenta de quadro branco, sem a necessidade de alterar o aplicativo.		
Software que possa enviar mensagens, documentos e imagens durante aulas, garantindo entrega imediata, servindo como um centro de informações de última geração.		
Suportar criação de contas locais permitindo que a equipe de TI possa		

criar contas individuais para cada professor com nível de permissão, permitindo que eles possam instalar e modificar a lousa ou apenas utilizar como o usuário.		
Conter software para transmissão sem cabos (casting), compatível com IOS, Android, Windows PC, Chrome OS, permitindo que os usuários se conectem à tela para apresentar conteúdo multimídia FULL HD sem cabos.		
Suportar software de vídeo conferência visando facilitar a comunicação dos professores, coordenação, pais e alunos, através de vídeo frente a frente com chamadas de áudio e VOIP de alta definição, reuniões em grupo instantâneas ou agendadas, tela compartilhada e gravações de sessões para referência futura sem limite de uso.		
Transmissão multiusuário, possibilitando conectar no mínimo 9 usuários simultaneamente, devendo funcionar com o uso de internet e sem necessidade da mesma, devendo permitir também controle do display via smartphone.		
Transmissão sem cabos, sem a necessidade de aplicativos específicos instalados nos hardwares externos, para espelhamento de notebooks, tablets e smartphones.		
Recurso para controle de portas, para bloqueio de tela e aplicativos, definido nas configurações, para impedir que alunos acessem conteúdos inapropriados.		
Compatível com os principais sistemas operacionais, do Windows ao Mac, Linux e Chrome por meio de recurso plug-and-play.		
Permitir a instalação de aplicativos via Loja de Aplicativos, através de conta Google, gratuitamente.		
Controle de incidência de luz azul.		
Características mínimas do software de quadro branco	SIM	NÃO
A lousa interativa deve possuir software de quadro branco nativo, do mesmo fabricante do equipamento, devendo permitir 20 toques simultâneos.		
Permitir a escrita com diversas cores, formatos de pinceis, graus de opacidade e espessura do traço.		
Permitir a identificação do texto e números escritos, os tornando digitais.		
Permitir a correção de formas geométricas a partir do uso de um pincel.		
Possuir ferramenta exclusiva para formas geométricas.		
Permitir a adição de novas páginas ou trabalhar em um único plano podendo mover para os lados, para cima e para baixo o espaço a ser utilizado.		
Permitir uso de apagador a partir da palma da mão.		
Permitir a seleção de itens a serem excluídos.		
Permitir toda a página seja apagada.		
Possuir opção de barra de ferramentas que permita importação de imagens, arquivos office.		
Permitir opção de criação de tabela até 8x12.		
Possibilitar a importação de vídeos, música e arquivo de quadro branco.		

Possuir cronômetro.		
Permitir visualizar em modo janela junto ao quadro branco, dispositivos que estejam conectados tais como: OPS, HDMI, Display port e USB tipo-c.		
Em modo janela, dentro do quadro branco, permitir acesso ao navegador google dando a possibilidade para a busca de materiais, como: conteúdo e imagens, tornando a aula mais colaborativa e dinâmica.		
Ferramenta de envio de conteúdo (mensagem e imagem) para o quadro branco através da leitura do QR Code.		
Permitir função de refazer e desfazer algo já feito.		
Permitir scanear QR Code para download do material apresentado em sala.		
Permitir salvar arquivo no formato fonte IWB, PDF e PNG.		
Características mínimas do software de vídeo conferência:	SIM	NÃO
Funcionalidade para reuniões instantâneas.		
Modo organização de conversas em massa.		
Funcionalidade para classificação de mensagens.		
Segurança criptografada.		
Assistente de colaboração para desktop e celular.		
Compartilhamento de tela.		
Videoconferência de qualidade HD, no mínimo.		
Conferência de voz VOIP.		
Chat em grupo seguro.		
Gravação de reuniões.		



Ofício nº 534/2025-2PJTCOCOR

Documento id. 04988753

Referência: Procedimento Administrativo nº 05.22.0002.0004622/2024-07

Investigado(s): MUNICIPIO DE CANTAGALO

Assunto: Requisição de informações

Destinatário: EMANUELA TEIXEIRA SILVA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO

E-mail: gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhora Prefeita,

A fim de instruir os autos do procedimento em referência - cujo objeto é: *Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar a regular estruturação do sistema de ensino municipal de Cantagalo com entrega de ensino-aprendizagem de qualidade, sua manutenção e desenvolvimento com gestão democrática.* - o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça subscritora, com fundamento nos artigos 129, VI, da CF/88; 26, I, 'b', da Lei nº 8.625/93; e 35, I, 'b', da Lei Complementar nº 106/03, vem pelo presente requisitar a Vossa Excelência sejam prestados esclarecimentos acerca das últimas medidas administrativas, no ano de 2025, adotadas pela municipalidade com o propósito de modernizar e melhorar a infraestrutura das escolas municipais.

Caso não tenham sido realizadas interferências de ordem estrutural nas unidades escolares municipais, informar os motivos e esclarecer se há previsão com este objetivo, tendo em vista a necessidade permanente de se garantir uma estruturação mínima para o exercício digno de lecionar e do direito fundamental à educação.



MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prazo de 30 (trinta) dia(s) para resposta.

Cordeiro, 11 de julho de 2025

DANIELLA FARIA DA SILVA BARD

Promotor(a) de Justiça - Mat. 4360

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

*TERMO DE CONTRATO DE COMPRA DECORRENTE DE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM <ÓRGÃO/ENTIDADE> E A EMPRESA
<RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA> PARA
O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM*

Aos dias **[dia]** do mês de **[mês]** do ano de **[ano]**, na **[endereço do órgão contratante]**, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do **[órgão da Administração Direta]**, ou a(o) **[entidade da Administração Indireta]**, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo **[autoridade administrativa competente para firmar o contrato]**, e a **[nome da sociedade empresaria contratada]**, estabelecida na **[endereço da sociedade CONTRATADA]**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **[nº CNPJ]**, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[representante da sociedade CONTRATADA]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **[nº processo]** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** - Pregão Eletrônico nº 90083/2025, Processo Administrativo nº **<nº processo administrativo>**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	U/C	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Lousa digital interativa móvel de 75", com suporte móvel e acessórios obrigatórios, incluindo entrega, instalação, configuração inicial, garantia mínima de 36 meses e suporte técnico.	Unidade			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2025.

7.2. O preço contratado compreende todos os custos necessários ao serviço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado;

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação

10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato

10.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

10.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

10.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

10.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis

10.2.6. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização

10.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica em Instituição Bancária a ser informada pela Administração, com correção monetária.

10.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.5. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

10.6. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal*

10.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

10.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

10.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

10.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

10.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.3. Multa:

11.2.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

11.2.3.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.3.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da o foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Setor de Licitações

Anexo III

Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, pela **<Órgão / Unidade>**, com sede na **<Endereço órgão/unidade>**, neste ato representada pelo(a) **<cargo e nome>**, portador da Identidade Funcional nº **<nº matrícula>**, considerando o resultado da licitação nº **<nº /ano da licitação>**, publicada no **<local publicação>** **<data publicação>** para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº **<nº processo>**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº **<nº edital/ano>**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.131, de 20 de março de 2024, e nos demais normativos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ, conforme especificado(s) no(s) item(ns) **<itens>** do Termo de Referência, anexo do **[edital de Licitação nº ____/202_]** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
	Especificação	Marca	U/C	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Setor de Licitações

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de Licitações

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital;.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Setor de Licitações

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Setor de Licitações

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 4.131, de 2024.

Setor de Licitações

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 4.131, de 2024.

Setor de Licitações

10. DAS PENALIDADES

10.1. A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

10.1.1. advertência pela inexecução parcial do contrato;

10.1.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;

10.1.3. multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ata, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratante. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);

10.1.4. multa de 30% (trinta por cento) do valor total da ata em caso de cancelamento do registro por culpa do contratado;

10.1.5. impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.1.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

10.1.7. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor da ata e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da contratada observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

10.3. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão gerenciador, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

10.4. As sanções previstas nas alíneas 10.1.1, 10.1.5 e 10.1.6 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

10.5. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do compromitente, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

10.6. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de cancelamento do registro nem tampouco afasta o dever do compromitente de reparação integral dos danos causados à Administração.

10.7. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do quantum das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.8. A notificação do compromitente dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

10.9. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

Setor de Licitações

10.10. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas ao contratado ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que o contratado tenha em face do MUNICÍPIO.

10.11. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.12. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cantagalo, [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Setor de Licitações

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Setor de Licitações

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025

À
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Ref. Pregão Eletrônico nº 90083/2025.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Lousa digital interativa móvel de 75", com suporte móvel e acessórios obrigatórios, incluindo entrega, instalação, configuração inicial, garantia mínima de 36 meses e suporte técnico		Unid.	70		
TOTAL: (Valor Total Por Extenso)					R\$	

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), ... de de 2025.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)

Setor de Licitações

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Pregão Eletrônico: 90083/2025

Processo: 2202/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Concorrência, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2025.

Setor de Licitações

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90083/2025

Processo: 2202/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lousas digitais interativas móveis de 75 polegadas, acompanhadas de suporte móvel e acessórios obrigatórios, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Cantagalo/RJ.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx do CPF nº xxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2025.

(representante legal).